

SP negocia acordo para rolar dívida

publisa

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

A dívida do estado de São Paulo junto à União, de cerca de R\$ 35 bilhões, deverá ser refinanciada por um prazo de 30 anos e a juros subsidiados de 6% ao ano mais correção pelo IGP-M, informou ontem o secretário de Fazenda paulista, Yoshiaki Nakano. Ele reuniu-se em Brasília com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, com quem voltará a se encontrar novamente na próxima quinta-feira.

"Hoje discutimos apenas os princípios da rolagem, mas São Paulo vai receber tudo o que foi concedido aos demais estados", afirmou Nakano ao sair do Ministério da Fazenda. Ele se referia às condições em que foram roladas as dívidas mobiliárias e contratuais do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, num total de R\$ 14,2 bilhões. O prazo de pagamento foi alongado para 30 anos e as taxas de juros foram reduzidas de cerca de 12% para 6% ao ano mais correção pelo IGP-M. Parte da dívida - de 15% a 20% - terá de ser abatida com a privatização de empresas estatais.

Nakano e Parente não quiseram revelar detalhes da reunião. O secretário-executivo da Fazenda limitou-se a confirmar, por meio de sua assessoria de imprensa, as poucas palavras do secretário paulista. Segundo Parente, a discussão girou em torno dos princípios da rolagem das dívidas do estado. Ele disse ainda que, por se tratar de uma negociação bastante complexa, novas reuniões sobre o assunto estão previstas para as próximas semanas.

A complexidade da negociação das dívidas do estado de São Paulo também foi ressaltada por Nakano quando perguntado se a privatização do Banespa será incluída neste pacote de refinanciamento de débitos. No caso de Minas Gerais, o primeiro estado a fechar acordo com o governo federal para rolar suas dívidas, foi incluído um programa de reestruturação do setor financeiro estadual, com privatização do Bemge e Credireal.

Somente a dívida mobiliária (em títulos) de São Paulo com a União atinge R\$ 17,283 bilhões, de acordo com dados do Banco Central, com base em agosto último. Este valor corresponde a quase metade do total de R\$ 41,264 bilhões da dívida mobiliária dos estados. Todos os municípios, juntos, somam uma dívida mobiliária de R\$ 6,161 bilhões.